
CARIDADE ENQUANTO GERADORA DE SOCIABILIDADES: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA ISABEL RODRIGUES DOS SANTOS

O presente texto resulta de um trabalho, ainda em curso, que integra a pesquisa de doutoramento em Serviço Social do seu autor, bem como a recolha de documentação e relatos orais das primeiras gerações de assistentes sociais portuguesas – actividades, estas, enquadradas no Núcleo de Documentação da História do Serviço Social em Portugal, do Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia.

Serão realçados acontecimentos e personalidades que se cruzaram, desde o final do século XIX até à década de 30 do século XX, no seio de diversas redes de sociabilidade em Portugal e no contexto internacional, com o intuito de organizar estratégias para atenuar as consequências nefastas da pobreza e da miséria, ao nível material, mental e moral. Muitas dessas estratégias assentavam em acções de natureza caritativa, ou seja, fundamentavam-se no amor (cristão) ao próximo e traduziam-se em acções concretas, no seio das relações inter-individuais mais próximas, e junto dos problemas existentes nas estruturas mais globais da sociedade.¹ Outras havia que, não perdendo de vista os princípios e valores inerentes à caridade, visavam incutir um cunho mais técnico, científico ou moderno à «arte de ajudar ao próximo». É sobre estas últimas que me irei deter, em particular no processo que desembocou na criação, em 1935, da Associação de Serviço Social, suporte jurídico da primeira escola de Serviço Social em território nacional: o Instituto de Serviço Social de Lisboa, onde se formaram e profissionalizaram as primeiras assistentes sociais portuguesas.

1. Situando Portugal no contexto internacional

Nos Estados Unidos da América, bem como em vários países da Europa, o Serviço Social foi o resultado dos esforços para racionalizar e coordenar as múlti-

¹ Cf. Ezequiel Ander-Egg et. al. – *Historia del Trabajo Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1985.

plas obras religiosas e filantrópicas, cujos objectivos centrais eram a educação e a integração da classe operária na nova sociedade industrial. Os pensadores sociais do final do século XIX reconheciam a necessidade de reformular a intervenção com base em princípios científicos e racionais. Confrontavam-se perspectivas que advogavam iniciativas dirigidas ao «indivíduo» (ex.: Charity Organization Society's), e as que defendiam a necessidade de uma intervenção de natureza colectiva (ex.: Settlement Movement). Ambas propunham estratégias de intervenção inovadoras, constituindo-se nos principais movimentos embrionários do Serviço Social profissional.

1.1. Charity Organization Societies

Na década de 1860, as sociedades caritativas e filantrópicas de Londres foram alvo de críticas acerca da ineficiência na distribuição de recursos aos necessitados, reavivando-se discursos sobre os efeitos negativos de uma beneficência descontrolada.² Neste contexto, o pastor Henry Solly³ recomendou, em 1868, a fundação de um conselho que coordenasse as actividades de beneficência, tanto públicas como privadas. Em 1869 foi criada a Sociedade para a Organização do Socorro Caritativo e a Repressão da Mendicidade, a qual veio alterar a sua designação para Sociedade de Organização da Caridade (Charity Organization Society – COS). Várias personalidades relevantes dirigiram esta organização, mas o verdadeiro impulsionador foi o seu co-fundador humanista Charles Stewart Loch⁴, que actuou como secretário-geral entre 1875 e 1915. O exemplo da COS de Londres foi seguido noutras cidades de Inglaterra e da Escócia. No ano de 1877 foi organizada em Búfalo, Nova Iorque, a primeira sociedade deste tipo nos Estados Unidos da

² Cf. José Luis Malagón Bernal e José Luis Sarasola Sánchez-Serrano – Nacimiento y Evolución del Trabajo Social. In *Introducción al Trabajo Social*. Coord. Tomás Fernández García e Carmen Alemán Bracho. Madrid: Alianza Editorial, p. 78-109.

³ Ministro Unitário inglês e reformador social, Henry Solly (1813-1903) foi um dos renovadores sociais mais notáveis do seu tempo. Instigou e fundou três organizações na sociedade inglesa – Working Men's Club; Charity Organization Society; e Garden City Movement –, que vieram a ter um papel signficante na organização do auxílio prestado às classes trabalhadoras.

⁴ Charles Stewart Loch (1849-1923) não desempenhou nenhum cargo público, mas foi uma personalidade conhecida e influente na sociedade inglesa. Homem religioso mas, fundamentalmente, humanista e com um grande espírito de serviço, projectou os seus princípios sobre as COS. Opôs-se ao «direito dos pobres» e a qualquer tipo de ajuda estatal, argumentando que o tecido social, devidamente organizado e solidário, seria capaz de responder às necessidades surgidas no seu seio. Estas ideias correspondiam à ideologia liberal do momento, e explicam porque entrou em colisão as correntes socialistas, que eram partidárias de uma maior intervenção do Estado nas prestações sociais. Foi amplamente influenciado pelo pensamento do reformador social Thomas Chalmers (1780-1847) Cf. José Luis Malagón Bernal e José Luis Sarasola Sánchez-Serrano – Nacimiento y Evolución del Trabajo Social.

América. A iniciativa partiu do reverendo norte-americano Humplireys Gurtee que, em viagem a Londres, travou contacto com este movimento.

As COS estabeleciam a cooperação entre as instituições públicas e privadas de caridade e assistência ao pobre, e evitavam a duplicidade da ajuda. Em termos concretos, cada Charity Organization Society era uma federação de comités de distritos: no serviço central existia um ficheiro, administrado por um secretário-geral, no qual eram registados todos os pedidos de ajuda. Em todos os distritos, os comités de benevolência averiguavam cada pedido de ajuda e, posteriormente, as denominadas *friendly visitors* (visitadoras amigáveis) assumiam a responsabilidade pelo acompanhamento das famílias que lhes eram confiadas.⁵

Inicialmente as *friendly visitors* eram um grupo voluntário, maioritariamente constituído por mulheres das classes média e alta. Cedo se constatou que o número destas voluntárias era escasso para responder às necessidades das COS. Não obstante, o maior problema residia na falta de experiência e conhecimentos específicos sobre as realidades sociais em que actuavam. Contrariamente ao previsto, a natureza amistosa, o espírito voluntarioso e o bom exemplo das classes sociais mais elevadas, não eram características suficientes para resolver os problemas com que as voluntárias se deparavam.⁶ Como resultado, as COS iniciaram a substituição das voluntárias por *friendly visitors* remuneradas, na sua maioria alunas de escolas de ciências sociais.⁷ Iniciou-se uma procura e um investimento no conhecimento científico, no sentido de capacitar estrategicamente os membros das COS para uma efectiva luta contra a pobreza e a indigência.

As COS regiam-se pelo pensamento do reformador social Thomas Chalmers⁸, no qual o indivíduo era tido como responsável pela sua pobreza, e qualquer tipo de assistência pública ou de esmola apenas dificultaria a sua reabilitação.⁹ Por conseguinte, o indigente devia colocar em exercício todas as suas capacidades para garantir o próprio sustento. Para atingir esse objectivo, cabia à *friendly visitor* exercer uma influência moral pessoal sobre o indivíduo, através da persuasão, da

⁵ Cf. Robert Mayer – *Évolution des Pratiques en Service Social*. Québec: Gaëtan Morin Éditeur, 2002.

⁶ Cf. Philip R. Poppo – Social Work Profession: History. In *Encyclopaedia of Social Work*. Org. Richard L. Edwards e June Gary Hopps. Vol. III. Washington D.C.: NASW Press, 1995, p. 2282-2292.

⁷ Cf. Balbina Ottoni Vieira – *História do Serviço Social. Contribuição para a Construção de sua Teoria*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1989.

⁸ Ministro paroquial, pregador popular e reformador social, Thomas Chalmers (1780-1847) nasceu na Escócia e estudou filosofia e economia em St. Andrews. Após uma experiência de conversão, frequentou os estudos de teologia, sendo ordenado presbítero em 1803. No ano de 1822 assumiu a direcção de uma paróquia em Glasgow, apercebendo-se da pouca eficiência nos métodos de caridade praticados sob a vigência da Lei dos Pobres. Opôs-se determinadamente à assistência pública, bem como à atribuição de esmolas, advogando que a única forma de reabilitação do pobre passaria pela ajuda privada e pelo auxílio moral. Cf. José Luis Malagón Bernal e José Luis Sarasola Sánchez-Serrano – Nacimiento y Evolución del Trabajo Social.

⁹ Cf. José Luis Malagón Bernal e José Luis Sarasola Sánchez-Serrano. Nacimiento y Evolución del Trabajo Social.

exortação e do aconselhamento. Mas a observação e a análise das situações em que viviam os pobres fizeram as COS alterarem gradualmente os fundamentos em que se apoiavam, passando a reconhecer a existência de factores objectivos na pobreza, como o desemprego, a doença, o endividamento, a insalubridade das habitações, entre outros. Numa fase posterior, e diante desta alteração na concepção de pobreza, as COS passaram também a organizar programas de serviços concretos – lares de adopção; ajuda jurídica –, e de recursos – caixas económicas; infantários; cursos de aprendizagem de uma profissão e de educação doméstica; refúgios para mendigos e vagabundos; entre outros.¹⁰

1.2. Settlement Movement

Em Março de 1873, o ministro anglicano Canon Samuel E. Barnett¹¹ foi nomeado para a paróquia de St. Jude, no bairro londrino de Whitechapel. A paróquia encontrava-se num estado deplorável: a Igreja caía em ruínas, as ruas estavam sujas e em péssimo estado de conservação, a maioria das escolas estavam encerradas, e assaltos, roubos e motins eram uma constante.¹² Canon Barnett cedo compreendeu que uma ajuda individual à população não seria suficiente, sendo antes necessária uma maior consciencialização da sociedade relativamente às suas condições de vida. Ao expor as suas ideias ao amigo Arnold Toynbee¹³, ambos procuraram motivar estudantes para visitarem Whitechapel e ficarem a residir alguns dias na paróquia, a fim de observar a vida dos trabalhadores, as suas condições de vida e o meio ambiente envolvente. Esta estratégia estabelecia uma ponte com o método de «observação participante», desenvolvida pelo sociólogo e economista francês Frédéric Le Play¹⁴, tido como o grande expoente das «leis sociais pela observação».¹⁵

¹⁰ Cf. Robert Mayer – *Évolution des Pratiques en Service Social*.

¹¹ Canon Samuel E. Barnett (1844-1913) nasceu numa família de classe média londrina, tendo-se formado em direito canónico em Oxford, uma das universidades mais célebres de Inglaterra. Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1984.

¹² Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*.

¹³ Arnold Toynbee (1852-1883) pertencia a uma família abastada da burguesia londrina, tendo conhecido Samuel Barnett em Oxford, onde estudou História e Economia. A História e a Economia, interpretadas pela sua «paixão pela humanidade», levaram-no a interessar-se pelo estudo da própria sociedade. Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*.

¹⁴ Frédéric Le Play (1806-1882) nasceu em França, tendo vivido uma infância marcada pela pobreza. Estudou economia e sociologia em Paris, no Collège St. Louis. Le Play é considerado o pioneiro da análise demográfica, isto é, da observação directa e detalhada de um meio social (sociologia experimental). A sua obra de 1855 – *Les Ouvrières Européennes* – comporta trinta e seis monografias, através das quais foram analisados os orçamentos e os modos de vida de famílias operárias. Cf. Jean Étienne et al. – *Dicionário de Sociologia. As Noções, os Mecanismos e os Autores*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1998.

¹⁵ Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*.

Resultado do trabalho de numerosos pensadores sociais e reformadores, em 1894 iniciou-se o Settlements Movement (movimento dos centros sociais) na Inglaterra, com a inauguração do primeiro centro social: Toynbee Hall. Através de um regime de voluntariado, jovens graduados de Oxford e Cambridge, maioritariamente do sexo masculino, passaram a residir nos *settlements*, no sentido de estudar os problemas da população *in loco*.¹⁶ Mas o papel destes jovens não se limitava à investigação. Com base no pensamento filantrópico de Octavia Hill¹⁷, relativo à importância da relação pessoal nos processos de ajuda, Canon Barnett apercebeu-se que a personalidade de um indivíduo era fortemente influenciada pela interação positiva estabelecida entre os membros de um grupo.¹⁸ O convívio entre pessoas de classes sociais diferenciadas proporcionaria a partilha de distintas experiências de vida, conhecimentos e opiniões, gerando uma «educação por permeabilidade». Através do *modus vivendi*, Canon Barnett pretendia que os residentes fossem um exemplo a seguir pelos frequentadores dos *settlements*, exercendo sobre estes uma influência pessoal positiva. Tratava-se de uma filosofia assente na relação e no espírito de compreensão entre as diferentes classes sociais.

Os *settlements* proporcionavam uma série de actividades educativas, recreativas e culturais às populações pobres da área de residência: aulas de leitura e escrita, clubes de natureza diversificada, conferências temáticas e, inclusive, concertos. Mas a tónica da intervenção era colocada na luta contra a apatia dos operários, face às suas condições de vida. Procurava-se uma «educação da consciência de classes». Mais do que prestar assistência no sentido tradicional do termo, os operários eram incitados a exercer pressão sobre as autoridades, a fim de serem incrementadas reformas nas estruturas sociais existentes. Os próprios líderes do Settlement Movement participavam em debates sobre a evolução da legislação social, propondo algumas medidas progressistas para a época, tais como a implementação de uma política de habitação, ou a aprovação do salário mínimo nacional. Estas estratégias de intervenção indiciam uma interpretação de pobreza distante da perspectiva psicológica ou individual. Contrariamente aos simpatizantes das COS, os adeptos do Settlement Movement destacavam a influência do meio estrutural envolvente nos problemas sociais existentes.

¹⁶ Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*.

¹⁷ Octavia Hill (1838-1912) nasceu em Cambridgeshire, Inglaterra, no seio de uma família preocupada com as questões filantrópicas. Foi membro do Partido Socialista Cristão. Desenvolveu um programa de habitações com um mínimo de condições de salubridade, economicamente acessíveis aos trabalhadores. Considerava a pobreza como responsabilidade única da pessoa, propondo a realização de um trabalho educativo. Para tal, recrutou um grupo de mulheres que, simultaneamente à cobrança das rendas, instruíam os inquilinos sobre princípios básicos de comportamento. Para Octavia Hill, a relação estabelecida entre estas mulheres e os inquilinos era determinante para que os últimos superassem a sua situação de pobreza. Muitas das suas ideias tiveram a influência do pensamento social de Thomas Chalmers (1780-1847). Cf. José Luis Malagón Bernal e José Luis Sarasola Sánchez-Serrano. *Nacimiento y Evolución del Trabajo Social*.

¹⁸ Cf. Robert Mayer – *Évolution des Pratiques en Service Social*.

Os *settlements* propagaram-se por inúmeros bairros operários da Inglaterra. Em 1886, por iniciativa de Stanton A. Coit, realizou-se a primeira experiência do género nos Estados Unidos da América, Nova Iorque, sob a designação de Neighborhood Center (centro de vizinhança).¹⁹ No ano de 1889, Jane Addams²⁰, uma pioneira do Serviço Social, inaugurou a *Hull House* num bairro pobre de Chicago, a ela devendo-se a difusão do movimento na América do Norte. Ambos conheceram pessoalmente Canon Barnett, travando contacto directo com o trabalho desenvolvido em Toynbee Hall.

O Settlement Movement preconizava uma acção concreta em termos de mudança social, mas rejeitava a ideia de profissionalização da intervenção. Ao promover a relação entre os residentes e os pobres, pretendiam consciencializar as comunidades para a sua situação de classe, levando-as a reivindicar a reforma das estruturas sociais existentes. Atingidos estes objectivos, consideravam o seu trabalho finalizado. Já as Charity Organization Societies tinham objectivos mais ambiciosos. Para além da assistência aos pobres, aplicaram o pensamento científico ao domínio do bem-estar social, desenvolvendo estratégias e técnicas como a observação, a recolha de dados, a verificação de teorias sociais e a sistematização da administração.²¹ Foi este princípio da racionalidade que esteve na origem do Serviço Social como profissão.

1.3. Emergência da Formação em Serviço Social

Na década de 1890, os membros das Charity Organization Societies encontravam-se determinados em converter o seu trabalho numa profissão. Segundo Popple²², foram várias as razões que estiveram subjacentes a este interesse. As *friendly visitors*, maioritariamente oriundas da classe média, desejavam o reconhecimento profissional, a fim de auferirem de um salário regular. Verificava-se também a emergência de uma nova categoria de mulheres, as quais desejavam um ofício fora do lar. Com o acesso praticamente vedado às profissões tradicionais, muitas apostavam no desenvolvimento do trabalho caritativo e filantrópico como

¹⁹ Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*.

²⁰ Jane Addams (1860-1935) nasceu no Estado de Illinois, Estados Unidos da América, numa família protestante de classe média. Quis estudar medicina, pensando ser a melhor maneira de ajudar os pobres, mas por motivos de saúde foi forçada a abandonar os estudos. O facto de ter conhecido Canon Barnett em 1882, as suas visitas frequentes a Toynbee Hall, bem como o contacto travado com vários cientistas sociais, despertaram-na para a intervenção social numa lógica reformadora, à qual dedicou o resto da sua vida. Em 1931, foi-lhe atribuído o Prémio Nobel da Paz. Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*.

²¹ Cf. Philip R. Popple – *Social Work Profession: History*, p. 2282-2292.

²² Cf. Philip R. Popple – *Social Work Profession: History*, p. 2282-2292.

ocupação a tempo integral. Por último, face a complexidade dos problemas com que lidavam e às tarefas que lhes eram solicitadas, as próprias *friendly visitors* sentiam necessidade de uma formação mais científica.

O primeiro passo na tentativa de conversão da intervenção social numa profissão, passaria precisamente pela abertura de cursos de formação específica. Vários membros das COS apresentaram propostas neste sentido, de entre os quais se destaca o papel de Mary Richmond²³. Inicialmente tesoureira na COS de Nova Iorque, rapidamente a sua eficiência e espírito empreendedor levaram-na a assumir a função de secretária-geral dessa organização. Em 1897, durante o congresso americano das COS, em Toronto, Mary Richmond apresentou uma comunicação intitulada *The Need of a Training School in Applied Philanthropy* e, no ano seguinte, deu-se início ao Summer School of Philanthropic Workers, sob responsabilidade da COS de Nova Iorque. O curso tinha inicialmente a duração de seis semanas, consistindo em aulas teóricas, visitas a instituições de caridade públicas e privadas, e trabalho de campo supervisionado.²⁴ Já em 1904, o curso passou a ter a duração de um ano e foi integrado na New York School of Philanthropy, a qual alterou em 1919 a sua designação para New York School of Social Work.²⁵ Rapidamente, outras cidades norte-americanas seguiram o exemplo de Nova Iorque, instituindo escolas de formação para os trabalhadores das COS e outros interessados: o Chicago Institute for Social Science (1903), a School for Social Workers²⁶, em Boston (1904), a Missouri School of Social Economy (1907), e a Philadelphia Training School for Social Work (1908), entre outras.²⁷

Os Estados Unidos da América foram pioneiros na organização deste curso de formação, mas foi na Holanda, cidade de Amsterdão, que em 1899 se instituiu a primeira escola de Serviço Social do mundo.²⁸ A escola tinha por finalidade proporcionar uma formação metódica, teórica e prática a quem desejasse dedicar-se ao campo do Serviço Social. Os cursos ministrados tinham a «duração de dois

²³ Mary Ellen Richmond (1861-1928) nasceu no Estado de Illinois, nos Estados Unidos da América. Cedo se interessou pela leitura, sensibilizando-se com as descrições de miséria das cidades britânicas. Ao completar o curso secundário, começou a trabalhar numa editora. Em 1881 aproximou-se da Igreja Unitária Americana, passando a colaborar como professora na Escola Dominical. Em 1889 ingressou como tesoureira na COS de Nova Iorque e, em 1891, passou a ocupar o cargo de secretária-geral, integrando-se também no grupo das *friendly visitors*. A sua produção literária sobre a intervenção desenvolvida veio dotar o Serviço Social do primeiro conteúdo teórico sistematizado. Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*.

²⁴ Cf. Philip R. Poppo – *Social Work Profession: History*, p. 2282-2292.

²⁵ Cf. Fred Powell – *The Politics of Social Work*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 2001.

²⁶ A *School for Social Workers*, criada em Boston no ano de 1904, foi a primeira escola do mundo a empregar o termo «Serviço Social» na sua designação. Cf. Philip R. Poppo – *Social Work Profession: History*, p. 2282-2292.

²⁷ Cf. Philip R. Poppo – *Social Work Profession: History*, p. 2282-2292.

²⁸ Cf. Fred Powell – *The Politics of Social Work*; e Robert Mayer – *Evolution des Pratiques en Service Social*.

anos, combinando o ensino teórico (essencialmente sociológico e ao nível da legislação social) com uma formação prática supervisionada». ²⁹

Em termos internacionais, far-se-á ainda alusão à institucionalização do ensino em Serviço Social em França, uma vez que a primeira escola com esta formação em Portugal, criada em 1935 (Instituto de Serviço Social de Lisboa), foi francamente influenciada pelo modelo matricial do Serviço Social francófono.

A emergência do Serviço Social francês situa-se entre o ano de 1900 e o final da I Guerra Mundial, inscrevendo-se numa série de acontecimentos e movimentos. De entre estes, salientam-se: a secularização dos ideais e das práticas sociais (em sincronia com uma renovação católica), o Estado legislador (progressivamente mais interventivo na área social) e, por fim, a racionalização científica das formas de assistência e o desenvolvimento da técnica. ³⁰ Produto da combinação entre a corrente filantrópica e o movimento higienista, a profissão veio a caracterizar-se por uma concepção educativa e por um espírito de maior justiça social.

A primeira escola de Serviço Social francesa (École Normale Sociale) foi fundada no ano de 1911, em Paris, por iniciativa de um grupo católico feminino, do qual faziam parte Andrée Butillard e Aimée Novo ³¹. A escola definia-se publicamente como um centro católico feminino de ensinamento teórico e prático, de formação e de documentação social. ³² Entre 1911 e 1938, a coexistência em França de dois modelos de escolas deu origem a profissionais diferenciadas: as enfermeiras visitadoras e as assistentes sociais. Cada categoria apresentava uma concepção particular devido à sua ideologia, às suas finalidades e à sua formação.

As enfermeiras visitadoras eram produto da corrente higienista e de uma nova concepção da profissão de enfermagem. A devastação da I Guerra Mundial e uma série de legislação também veio favorecer o seu desenvolvimento. As enfermeiras visitadoras asseguravam a protecção e a educação sanitária às populações. Progressivamente, o seu papel inclinou-se para uma função polivalente, sendo o aspecto social cada vez mais acentuado. ³³ Em meados da década de 1930, uma trintena

²⁹ Ezequiel Ander-Egg *et. al.* – *Historia del Trabajo Social*, p. 145.

³⁰ Cf. Brigitte Bouquet – *Le Service Social Français*. In *Le Travail Social International. Éléments de Comparaison*. Dir. Jean-Pierre Deslauriers e Yves Hurtubise. Québec: Presses de L'Université de Laval, 2005, p. 35-65.

³¹ Andrée Butillard (1881-1955) nasceu em Uchizi, Saône-et-Loire. Órfã de pai e mãe, realizou os seus estudos no internato Notre-Dame de Nazareth, onde conheceu Aimée Novo (1874-1968). Uma profunda amizade iria uni-las para o resto da vida. Em 1909 travaram contacto com a Union des Catholiques Sociaux, e passaram a participar nas reuniões de estudo das *Semaines Sociales*. No decurso da *Semaine Sociale* de 1911, em Saint-Étienne, foi abordada a questão do trabalho feminino e da preparação social da mulher. Da questão, largamente discutida, surgiu a ideia de criar uma «escola normal social feminina», tendo a sua concretização sido confiada a Andrée Butillard e Aimée Novo. Christine Garcette – *L'École Normale Sociale*. In *Vie Sociale*. Dir. Marc de Montalembert. 1/2 (1995) 37-46.

³² Christine Garcette – *L'École Normale Sociale*, p. 37-46.

³³ Brigitte Bouquet – *Le Service Social Français*. In *Le Travail Social International. Éléments de Comparaison*. Dir. Jean-Pierre e Yves Hurtubise. Québec: Presses de L'Université de Laval, 2005, p. 35-65.

de escolas de enfermeiras visitadoras e uma dúzia de escolas de Serviço Social preparavam profissionais para executarem tarefas praticamente idênticas.³⁴

As assistentes sociais representavam uma outra ramificação profissional, denominada por «social puro».³⁵ A gênese das escolas de Serviço Social foi muito diferenciada, indo o ensino ministrado ao encontro das preocupações sociais de cada estabelecimento. Essa preparação profissional era proeminentemente direccionada para a actuação em centros sociais, a intervenção no meio familiar e a superintendência das fábricas.³⁶ De acordo com Rupp, a designação francesa «assistente social» deve ser atribuída ao facto das primeiras profissionais terem sido precisamente assistentes de outros profissionais. Eram maioritariamente assistentes de médicos, os quais, tomando consciência das causas sociais da doença, desejavam aprofundar o seu conhecimento sobre o paciente. Ou então eram assistentes de proprietários fabris, possuidores de sentido de responsabilidade social relativamente ao meio operário. Em suma, as assistentes sociais levaram aos especialistas de outras disciplinas informações sobre a dimensão social humana.

Em 1927, por iniciativa de cinco directoras de escolas de Serviço Social, deu-se a criação do Comité des Écoles de Service Social, tendo por prioridade a uniformização dos programas de ensino no país.³⁷ Várias escolas vinham intercedendo junto dos poderes públicos para que o processo de profissionalização fosse consolidado, e a estandardização dos programas de estudo seria um primeiro passo nesse sentido. Em 1932 deu-se o reconhecimento oficial da formação, sendo estabelecido o diploma de Estado de Serviço Social. Tratava-se de um certificado de competência, que atestava uma qualificação profissional e atribuía o direito de exercício da função de assistente social. No ano de 1938, as escolas de enfermeiras visitadoras e as de assistentes sociais acordaram entre si um plano de ensino unificado, o qual concedia acesso ao diploma de Estado de Serviço Social, fazendo desaparecer o título de «enfermeira visitadora». A fusão destas duas orientações veio marcar profundamente o carácter médico-social da formação francesa em Serviço Social.

Convém mencionar que a profissionalização do Serviço Social francês deveu-se não apenas a mulheres motivadas, como também detentoras de uma posição social que lhes facilitou a aquisição de apoios para a concretização dos seus projectos.³⁸ A industrialização e, sobretudo, a falta de mão-de-obra masculina ocasionada pela I Guerra Mundial, fizeram a mulher francesa sair do lar para trabalhar em fábricas e escritórios. Para a burguesia, que admitia com sérias reservas o trabalho

³⁴ Marie-Antoinette Rupp – *Le Service Social dans la Société Française d’Aujourd’Hui*. Paris: Éditions du Centurion, 1969.

³⁵ Brigitte Bouquet – *Le Service Social Français*, p. 35-65.

³⁶ Cf. Brigitte Bouquet – *Le Service Social Français*, p. 35-65.

³⁷ Cf. Marie-Antoinette Rupp – *Le Service Social dans la Société Française d’Aujourd’Hui*.

³⁸ Cf. Brigitte Bouquet – *Le Service Social Français*, p. 35-65.

de raparigas, o Serviço Social tornou-se uma escapatória.³⁹ Admitia-se que uma rapariga se dedicasse a uma causa altruísta, mesmo que a situação financeira dos pais fosse suficiente para satisfazer as suas necessidades. Por outro lado, os estudos em Serviço Social eram considerados uma excelente preparação para o casamento. Desta forma, o Serviço Social francês começou por ser uma profissão destinada às elites sociais.

2. Institucionalização do Serviço Social em Portugal

Em Portugal, a formação em Serviço Social foi preconizada muito antes da sua institucionalização, em 1935, pleno período do Estado Novo. Um Estado que herdou da I República projectos de assistência pública não concretizados, e que, sentindo necessidade de os reformular, apoiou-se nas instituições particulares, maioritariamente pertencentes à Igreja. Tal orientação política transparece no artigo 41.º da Constituição Política de 1933, no qual se lê que «o Estado promove e favorece as instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade». Ou seja, a assistência e a previdência não eram assumidas como um fim do Estado, mas antes como uma finalidade de determinadas instituições particulares. O Estado reservava para si o papel de orientação, coordenação e fiscalização das instituições particulares. Mas estas «(...) apenas respondiam a questões parcelares da realidade social das classes trabalhadoras (...), em geral, sob a forma de respostas imediatas e paliativas.»⁴⁰ Respostas, essas, que se confrontavam com os graves problemas que vinham assolando a sociedade portuguesa desde o final do período monárquico: indigência, baixos orçamentos familiares, precariedade e insalubridade das habitações, falta de condições e hábitos higiene, e mortalidade infantil. Foi neste contexto que, à semelhança do que já ocorrera durante a I República, surgiram novas propostas para instituir o Serviço Social em Portugal.

A questão financeira, a índole e os interesses gerais das Misericórdias estiveram no cerne do segundo Congresso das Misericórdias, realizado no Porto, em 1929. Em plena Ditadura Militar, e contrariando a tendência laicizante, foi aprovada a tese de que as Misericórdias manteriam, na sua orientação beneficente e caritativa, os princípios doutrinários que tinham inspirado e animado a sua fundação.⁴¹ Diante desta decisão, colocou-se uma questão premente: quem prestaria a assistência, e quais as exigências ao nível da sua formação?

³⁹ Cf. Marie-Antoinette Rupp – *Le Service Social dans la Société Française d’Aujourd’Hui*.

⁴⁰ Bernardo Alfredo Henriquez e Alcina Maria de Castro Martins – O Serviço Social Português. Da sua Génese e Emergência. In *Estudos e Documentos*. N.º especial (1987) 31.

⁴¹ Cf. Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

Durante o congresso, Branca Rumina⁴², médica e delegada da Misericórdia de Oeiras, apresentou uma comunicação intitulada *Assistentes Sociais*, na qual propôs que junto de cada Misericórdia actuasse um grupo de senhoras, a fazer o que modernamente se designava por assistência social. As assistentes sociais encarregar-se-iam, em cada região, de «(...) conhecer todos os desprotegidos da sorte, averiguando qual o estado moral e financeiro de cada família pobre, e olhando com particular interesse a criança.»⁴³ Em termos concretos, estas deveriam inquirir «(...) sobre os recursos da família, saúde dos seus membros, condições de alojamento, maneira como a mãe mantinha a *ménage*, como cuidar da higiene alimentar da família, qual o moral desta (...)».⁴⁴ Ou seja, para além da assistência moral e afectiva, caberia à assistente social averiguar as condições da vida familiar, mediante a utilização de técnicas concretas: inquéritos e relatórios de visitas. As informações recolhidas seriam um primeiro passo para, alegadamente, se mobilizarem os recursos necessários à população. Branca Rumina considerava ainda indispensável que as assistentes sociais detivessem algumas «(...) noções de higiene, puericultura, *tennue du ménage*, um certo sangue frio e uma paciência especial.»⁴⁵ Neste sentido sugeriu a criação, junto das Misericórdias de Lisboa e do Porto, de núcleos de assistentes sociais profissionais, possivelmente remuneradas, que trabalhassem conjuntamente com as «senhoras assistentes benévolas» de cada Misericórdia, orientando-as, e ensinando-as a fazer o diagnóstico dos casos sociais e a empregar os meios eficazes para solucioná-los.

Já em 1931, durante a I Conferência da Liga Portuguesa de Profilaxia Social⁴⁶, o professor e juiz Beza dos Santos⁴⁷ preconizou a organização do Serviço Social junto dos Tribunais de Infância, através de uma intervenção centrada na família

⁴² Branca Rumina fez o curso superior de Higiene e de Especialização na Universidade de Paris e de Bordéus. Segundo a sua perspectiva, o Serviço Social deveria ser obra dos médicos, tornando-se uma necessidade absoluta para as novas orientações e exigências da moderna medicina preventiva. A assistente social era vista como «(...) alguém encarregado de completar a obra do médico, ocupando-se do doente no hospital e à sua saída.» Cf. Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, p. 78.

⁴³ Branca Rumina – *Assistentes Sociais*. In *Segundo Congresso das Misericórdias – Realizado no Porto, de 19 a 22 de Maio de 1929*. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1930, p. 149.

⁴⁴ Branca Rumina – *Assistentes Sociais*, p. 149.

⁴⁵ Branca Rumina – *Assistentes Sociais*, p. 152.

⁴⁶ A Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS) foi fundada em 1924, no Porto, por iniciativa dos médicos António Emílio de Magalhães, Henrique Gil da Costa e Arnaldo Veiga Pires. Esta instituição é conhecida, sobretudo, por ter promovido algumas das campanhas mais significativas na área da Medicina Preventiva e/ou Social em Portugal.

⁴⁷ Beza dos Santos licenciou-se em Direito (1905), doutorando-se em 1921. Foi professor de Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e criminalista de projecção internacional. Entre 1928 e 1934 exerceu funções de juiz da Tutoria Central da Infância de Coimbra, encontrando-se ao corrente dos problemas da juventude inadaptada. Cf. Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*.

dos menores.⁴⁸ Esta proposta visava colmatar algumas lacunas na acção desenvolvida pelos delegados de vigilância, junto dos Tribunais de Infância. Os delegados de vigilância existiam em número muito reduzido, a sua intervenção era frequentemente circunscrita ao menor, e tornava-se evidente a ausência de uma preparação técnica especializada.

Segundo Beleza dos Santos, combater a pobreza não podia limitar-se ao simples socorro material, sendo necessário «(...) conhecer os factores da miséria material, estudar a personalidade dos que a sofrem, o carácter e a sua mentalidade, o ambiente familiar e social onde vivem (...)».⁴⁹ Continua, referindo que o Serviço Social se alicerça «(...) na observação de personalidade daqueles que se socorrem, da sua conduta e do seu ambiente, e que procura, na medida do possível, a sua reabilitação social, apoiando-se, tanto quanto possível, no próprio esforço do socorrido.»⁵⁰

No terceiro Congresso das Misericórdias, já durante o processo de institucionalização do regime de Estado Novo (1932), o presidente do conselho director da Associação de Caridade de Sintra, José Maria Pereira Ferraz, fez referência à definição de Serviço Social proferida pelo médico e higienista social René Sand⁵¹, durante a primeira Conferência Internacional de Serviço Social, realizada em 1928 na cidade de Paris: «O Serviço Social é o conjunto dos esforços tendo por fim aliviar os sofrimentos provenientes da miséria, repor os indivíduos e as famílias em condições normais de existência, prevenir os flagelos sociais, e melhorar as condições sociais e elevar a situação da existência.»⁵²

Partindo da definição supramencionada, alertou para o problema da assistência em Portugal, a qual encerrava um vasto e complexo programa de execução morosa, por não estar ainda difundida a missão moderna da assistência, e devido à falta de organização metódica e de recursos.⁵³ Através do trabalho de René Sand – *Le Service Social à travers le Monde: Assistance, Prévoyance, Hygiène* –, José Ferraz

⁴⁸ Cf. Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*.

⁴⁹ Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, p. 124.

⁵⁰ Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, p. 124.

⁵¹ René Sand nasceu na Bélgica em 1877, diplomou-se em Medicina em 1900 e faleceu em Paris, no ano de 1953. Foi o idealizador e fundador das Conferências Internacionais de Serviço Social. A sua vida girou em torno de dois interesses principais: a Medicina Social e o Serviço Social, pelo que sempre deu grande importância às repercussões dos males sociais sobre a saúde. Cf. Balbina Ottoni Vieira – *Serviço Social. Precursores e Pioneiros*.

⁵² René Sand, cit. por José Maria Pereira Ferraz – *Serviço Social Organizado*. In *Terceiro Congresso das Misericórdias – Realizado em Setúbal, de 22 a 25 de Maio de 1932*. Setúbal: Tipografia da Escola do Orfanato Setubalense, 1935, p. 104.

⁵³ Cf. José Maria Pereira Ferraz – *Serviço Social Organizado*. In *Terceiro Congresso das Misericórdias – Realizado em Setúbal, de 22 a 25 de Maio de 1932*. Setúbal: Tipografia da Escola do Orfanato Setubalense, 1935, p. 95-126.

apercebeu-se que vários países tinham já começado a reunir obras dispersas de assistência no Serviço Social organizado, pelo que incitou Portugal a se integrar nesse movimento, mediante a aposta na preparação técnica e metódica. Neste sentido, propôs a criação de «(...) escolas de higienistas, de enfermeiras e de pessoal benévolo, e de escolas de Serviço Social.»⁵⁴

Apesar das várias propostas mencionadas, nenhuma delas deu origem à institucionalização de uma escola de Serviço Social em Portugal. Somente na fase de construção do Estado Novo (1933-1945), em que se configurava uma nova conjuntura nas relações entre a Igreja, o Estado e os movimentos intelectuais, foi elaborada uma proposta que veio efectivamente a traduzir-se na profissionalização do Serviço Social.

O passo definitivo...

Em 1934 assistimos ao primeiro congresso da União Nacional, em Lisboa. Este primeiro congresso visou a realização do diagnóstico social da sociedade portuguesa para, com base no mesmo, serem realizadas propostas de intervenção. Foi no âmbito da quinta subsecção do congresso – *Saúde e Assistência* – que o médico Bissaya Barreto⁵⁵ e a Condessa de Rilvas (Isabel Bandeira de Melo)⁵⁶ apresentaram duas comunicações, determinantes para a constituição das primeiras escolas de Serviço Social em Portugal.

A comunicação de Bissaya Barreto – *Medicina Social: Necessidade e Urgência da sua Organização em Portugal* – teve início com o levantamento dos problemas da sociedade, subjacentes à modernização e industrialização portuguesas, designadamente: a sobrecarga de horário laboral, as condições de trabalho precárias, as más condições de higiene, e as novas desigualdades a vários níveis.⁵⁷ Não obstante o levantamento de problemas de natureza diferenciada, a sua intervenção foi

⁵⁴ José Maria Pereira Ferraz – Serviço Social Organizado. In *Terceiro Congresso das Misericórdias – Realizado em Setúbal, de 22 a 25 de Maio de 1932*. Setúbal: Tipografia da Escola do Orfanato Setubalense, 1935, p. 123.

⁵⁵ Bissaya Barreto, médico, licenciou-se ainda em Filosofia e Matemática. Era republicano, deputado em 1912 pelo Partido Evolucionista (conservador), maçom, professor catedrático e presidente da Junta da Província da Beira Litoral. Criou a Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança. Cf. Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*.

⁵⁶ Condessa de Rilvas, de nome Isabel Bandeira de Melo, era uma aristocrata com ligações à Igreja, nomeadamente ao movimento social católico. Efectuou uma visita de estudo à Bélgica e à Suíça, travando contacto com as Irmãs Franciscanas de Maria, que dirigiam a Escola de Liège, destinada a educar exclusivamente raparigas. Foi presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional. Cf. Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*.

⁵⁷ Cf. Bissaya Barreto – *Medicina Social. Necessidade e Urgência da sua Organização em Portugal*. In *I Congresso da União Nacional – Discursos, Teses e Comunicações*. Vol. II. Lisboa: Edição da União Nacional, 1935, p. 133-142.

centrada nos de índole médico-higiénicos. Segundo o médico, era indispensável a «(...) organização de um armamento completo médico-higiénico, no sentido de se conseguir uma melhor realização dos preceitos da higiene e um melhor rendimento da medicina preventiva»⁵⁸, pois só assim se conseguiria diminuir a morbilidade, reduzir a mortalidade e melhorar as condições sociais da população. Propôs que a Medicina Social, assente em bases científicas sólidas, fosse a base de toda a organização sanitária, no sentido de promover: «(...) a despistagem do doente; medidas de saneamento que defendam o indivíduo são do contagioso, que dêem habitações salubres e higiénicas, que promovam desinfecções, etc.; a educação das famílias; e a assistência sob todos os aspectos aos doentes e às suas famílias.»⁵⁹

Na opinião de Bissaya Barreto, caberia à mulher uma posição marcada no exercício da Medicina Social, uma vez que «(...) o seu espírito e as suas qualidades permitir-lhe-iam reunir boas vontades, congregar valores, sistematizar esforços, angariar donativos e organizar instituições que vivessem do seu método, da sua tenacidade, do seu desinteresse e do seu coração.»⁶⁰ Em termo de conclusão, não só propõe que se organizem os serviços de Medicina Social em Portugal, como sugere a criação urgente do Serviço Social, tomando como base a acção da mulher portuguesa.⁶¹

Na exposição da Condessa de Rilvas, personalidade relevante no movimento católico, a «assistência técnica» começou por ser definida como: «(...) toda a assistência que luta com meios científicos para o tratamento, melhoramento ou cura de várias taras físicas, psíquicas ou sociais, encontrando-se subdividida em assistência médica, assistência a anormais físicos, assistência a anormais psíquicos, assistência a anormais sociais, assistência educativa e assistência social.»⁶²

Relativamente à assistência social, considerava que a sua implementação em Portugal estava ainda no início, pois nessa área apenas existiam as enfermeiras visitadoras e as visitadoras sociais da Direcção Geral de Saúde. Após efectuar o levantamento das várias instituições e formas de assistência, públicas e particulares, existentes em Portugal, realizou várias propostas no sentido de melhorar a assistência técnica no país, tais como: uma maior cooperação entre a assistência pública e a assistência particular, o aperfeiçoamento das formas de assistência existentes, e o desenvolvimento e fundação de mais instituições de assistência.⁶³ Alertou também para uma das maiores deficiências em matéria de assistência no

⁵⁸ Bissaya Barreto – Medicina Social. Necessidade e Urgência da sua Organização em Portugal, p. 137.

⁵⁹ Bissaya Barreto – Medicina Social. Necessidade e Urgência da sua Organização em Portugal, p. 138.

⁶⁰ Bissaya Barreto – Medicina Social. Necessidade e Urgência da sua Organização em Portugal, p. 140-141.

⁶¹ Bissaya Barreto – Medicina Social. Necessidade e Urgência da sua Organização em Portugal, p. 133-142.

⁶² Condessa de Rilvas – Assistência Técnica. In *I Congresso da União Nacional – Discursos, Teses e Comunicações*. Vol. II. Lisboa: Edição da União Nacional, 1935, p. 169-173.

⁶³ Cf. Condessa de Rilvas – Assistência Técnica, p. 169-183.

país: a falta de formação técnica e moral dos dirigentes e do pessoal. Para fazer face a esta necessidade, propôs a criação de uma escola de Serviço Social. Segundo a própria, esse seria «(...) o remédio ambicionado por todos os que se interessavam e conheciam alguma coisa dos problemas da acção social, complexos em profundidade e em extensão.»⁶⁴

Ao expor as suas considerações finais, evidenciou novamente a «(...) urgência em favorecer a criação de uma Escola de Serviço Social e colocar à frente dos serviços pessoas com vocação, de espírito afeiçoado às obras sociais e com formação técnica para os diferentes ramos.»⁶⁵

Nas conclusões do primeiro congresso da União Nacional, a intencionalidade do Governo relativamente à fundação de escolas de Serviço Social ficou claramente expressa: «(...) que se criem em Coimbra, Porto e Lisboa escolas de Serviço Social.»⁶⁶ Neste sentido, o Patriarcado de Lisboa, por entreposta organização de leigos – a Associação de Serviço Social –, criou em 1935 a primeira Escola de Serviço Social, em Lisboa – o Instituto de Serviço Social.

A Associação de Serviço Social, suporte jurídico do Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL), surgiu inicialmente como associação de beneficência⁶⁷, e posteriormente como associação cultural⁶⁸, visto ter-se reconhecido pela acção já realizada, que, segundo os termos do seu estatuto, se tratava realmente de uma associação de cultura e formação profissional.⁶⁹ Dos seus corpos directivos faziam parte professores universitários, com altos cargos na Administração Pública, na vida política e na hierarquia da Igreja. Os objectivos da Associação de Serviço Social passavam por: «(...) promover o estudo e a vulgarização do Serviço Social à luz da doutrina católica e da caridade cristã; facilitar e desenvolver o estudo de todas as questões e problemas sociais em que o Serviço Social possa exercer a sua actividade; promover a organização de um Instituto de Serviço Social, com sede em Lisboa, destinado a centro de cultura e formação técnica e profissional de todos os que queiram dedicar-se ao exercício da acção social nas suas diversas modalidades; promover a organização de centros e instituições de Serviço Social que sejam úteis ao melhoramento da vida social e facilitem a formação de peritos no Serviço Social; alcançar o melhor entendimento e colaboração dos diferentes organismos de acção social, entre si e com os serviços públicos que, sob qualquer

⁶⁴ Condessa de Rivas – Assistência Técnica, p. 176.

⁶⁵ Condessa de Rivas – Assistência Técnica, p. 183.

⁶⁶ Sala do Congresso da União Nacional – Conclusões. In *I Congresso da União Nacional – Discursos, Teses e Comunicações*. Vol. II. Lisboa: Edição da União Nacional, 1935, p. 397.

⁶⁷ Alvará n.º 545 (1935).

⁶⁸ Alvará n.º 227 (20 de Dezembro de 1941).

⁶⁹ Cf. Alcina Maria de Castro Martins – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*.

aspecto, se relacionem com aquela acção; e conceder ou obter a concessão de bolsas de estudo destinadas a facilitar a formação de peritos no Serviço Social.»⁷⁰

A Condessa de Rilvas assumiu, desde logo, a presidência da Associação de Serviço Social e a direcção do Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL). «Dada a ausência em Portugal de alguém com formação profissional em Serviço Social e de programas curriculares, foi contactada a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux de Paris, que enviará a técnica da empresa Citroën, Mlle. Marie Thérèse Lévêque para instalar a escola e formar pessoal dirigente português que assuma posteriormente a direcção do instituto.»⁷¹ Nascida em 1901, a directora técnica do Instituto de Serviço Social fez em França os seus estudos e lá obteve sucessivamente os diplomas de enfermeira da Cruz Vermelha, o de «superintendente de fábricas» e o diploma de Serviço Social, indo terminar a sua formação profissional no Bedford College for Women, na Universidade de Londres, onde frequentou um curso internacional de Serviço Social.⁷² Com base no saber e experiência profissionais de Marie Thérèse Lévêque, a formação no ISSL viria a ser directamente influenciada pelo modelo matricial médico-social do Serviço Social francês.

Foram muitos os membros da Associação de Serviço Social que, a partir da segunda metade da década de 1930, exerceram funções de docência no ISSL. Em torno de um projecto comum, gerou-se uma complexa rede de sociabilidades, cruzando nomes sonantes de diferentes sectores da sociedade portuguesa: Dr. Pereira dos Reis, Prof. Toscano Rico, Dr. Artur Bivar, Cónego Almeida Correia, Prof. Vítor Fontes, Prof. Barahona Fernandes, Pe. Abel Varzim, Dr. Américo Cortez Pinto, Dr. Fernando da Silva Correia, Dr.^a Branca Rumina; Prof. Marcelo Caetano, entre muitos outros. Personalidades, estas, que participaram «no esforço para a elevação do nível de vida da gente portuguesa, apoiado em sãs doutrinas e animado pelo verdadeiro espírito social», conforme dita o Decreto-lei que, em 1939⁷³, estabeleceu os princípios gerais de orientação e coordenação a que se submeteram os estabelecimentos de educação para o Serviço Social.

⁷⁰ Estatutos da Associação de Serviço Social (22 de Outubro de 1935), p. 1-2.

⁷¹ Bernardo Alfredo Henriquez – Génesis e Emergência do Serviço Social Português – O Instituto de Serviço Social de Lisboa (1.^a parte). *Intervenção Social*. 5/6 (1991) 18-19.

⁷² Cf. Bernardo Alfredo Henriquez – Génesis e Emergência do Serviço Social Português..., p. 9-20.

⁷³ Decreto-lei n.º 30.135 (14 de Dezembro de 1939).